

ESTUDO DE CASO

DIVERSIDADE SEXUAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO

Maria Anastácia Ribeiro Maia Carbonesi,¹ Candido Alberto da Costa Gomes²

SEXUAL DIVERSITY IN HIGHER EDUCATION: A CASE STUDY

DIVERSIDAD SEXUAL EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR: UN ESTUDIO DE CASO

Resumo: Esta pesquisa inova ao focalizar as percepções da diversidade sexual numa instituição de educação superior, com comportamentos de acolhimento, respeito e rejeição em face de jovens e adultos gays e lésbicas. Adotou-se em especial a perspectiva sociológica durkheimiana em um estudo de caso realizado com estudantes de graduação, em diferentes períodos, por meio da análise de conteúdo de entrevistas semiestruturadas em profundidade, com amostra do tipo bola de neve. As(os) participantes revelaram sentimentos de liberdade em ambiente adulto face às agressões de colegas e de professores sofridos na educação básica. Não verificaram *bullying* ou assédio, mas expressões implícitas de preconceitos de alunas(os) e de raras(os) professoras(es). Pressões sociais foram mais intensamente captadas por gays que lésbicas. A religião institucionalizada e a família constituíram os maiores obstáculos relatados em sua vida.

Palavras-chave: Diversidade sexual. População LGBTQI+. Educação superior.

Abstract: *Sexual diversity in Higher education: a case study.* This research project innovates in the focus on sexual diversity in a higher education institution, as well as students' and faculty behaviors in acceptance, respect and rejection toward gay and lesbian youths and adults. We adopted in particular Durkheim's perspective on the social fact in a case study based on semi-structured interviews with undergraduate students in diverse academic semesters, selected by a snowball sample. Interviews were submitted to content analysis. Participants revealed feelings of freedom in an adult environment, compared to aggressions by peers and teachers in basic education. They did not report bullying or molestation, but described relatively implicit expressions of prejudice by colleagues and some professors. Gays felt more intense social pressure than lesbians. They both regarded institutionalized religion and family as the most difficult obstacles in their lives.

Keywords: Sexual diversity. LGBTQI+ population. Higher education.

Resumen: *Diversidad sexual en educación superior: un estudio de caso.* Esta investigación es innovadora en el foco sobre la diversidad sexual en una institución de educación superior, así como sobre los comportamientos de aceptación, respecto y rechazo de jóvenes y adultos gays y lesbianas. Se adoptó en particular la perspectiva de Durkheim sobre el hecho social. El caso se fundamentó en entrevistas semiestructuradas de estudiantes de graduación de diversos semestres académicos, seleccionados por muestreo de bola de nieve. Se utilizó el análisis de contenido. Las (os) participantes revelaron sentimientos de libertad en uno medio adulto, diferente de las agresiones de colegas y profesores de la educación básica. No fueron reportados casos de acoso o *bullying*, pero fueron descritas expresiones más o menos implícitas de perjuicio por otros estudiantes y algunos profesores. Las presiones sociales más intensas fueron sentidas más por gays que por lesbianas. Ambos los grupos consideraron la religión institucionalizada y la familia como los más difíciles obstáculos en sus vidas.

Palabras clave: Diversidad sexual. Población LGBTQI+. Educación superior.

¹ Professora e assessora da reitoria do Centro Universitário do Distrito Federal (UDF). E-mail: anastaciamaia@hotmail.com

² PhD em Educação pela Universidade da Califórnia, Los Angeles. Sociólogo, Professor Catedrático e Diretor do Centro de Investigação do Instituto de Estudos Superiores de Fafe, Portugal. E-mail: candidoacg@gmail.com

Introdução

Como a diversidade sexual é percebida numa instituição de educação superior, por estudantes de diferentes classes e etnias em relação à orientação sexual, nos seus cursos de graduação? O estudo de caso objetivou esse segmento educacional, já que são numerosas as pesquisas sobre adolescentes nos segmentos da educação básica – no presente texto, o termo “educação básica” refere-se à educação ocorrida desde a educação infantil até o ensino médio. Seu objetivo foi analisar as percepções de jovens e adultos homossexuais sobre a sua inserção social no ambiente acadêmico. Assim, identificaram-se as suas percepções quanto ao exercício do direito à diversidade sexual no ambiente da instituição, assim como processos de resistência e/ou acolhimento por colegas, professores e coordenadores de curso, ao aproveitamento e à convivência social. Igualmente, verificaram-se fatores positivos e negativos da inserção. É conhecido que as violências em instituições educacionais têm efeitos sobre, ao menos, a frequência e o aproveitamento, num processo racional e afetivo, dependente do acolhimento (UNESCO, 2017).

Violências explícitas ou sutis apoiam a assimilação da cultura dominante, heterossexual, que legitima a coerção social e a discriminação, transgredindo direitos humanos, inclusive o direito à educação. Estes se apoiam no paradigma “universal/igualitário”, que defende a percepção de justiça social a partir da proposta de reconhecimento da diferença, ao conceber uma nítida distinção entre as diferenças a serem respeitadas e as hierarquias a serem eliminadas (SANTOS; CHAUI, 2013).

Sexualidade: complexidades e implicações

A concepção binária de sexo aparentemente é oriunda da pré-história, com base em características anatômicas externas. Essa simplificação, entretanto, deixa escapar as sutilezas de cada categoria e a multiplicidade de fatores contribuintes para a orientação sexual. Biologicamente, o hermafroditismo leva à identificação de cinco sexos (FAUSTO-STERLING, 1993a, 2013). Porém, antes de tudo, o ser humano é social e gerador de cultura por sua interação, por isso, tudo culturaliza. O corpo é construído e situado, seja no tempo, seja no espaço, com amplas sutilezas reconhecidas pela sua cultura. Como Bourdieu (2011) constata, a poesia, na Pérsia, era reservada aos homens, não às mulheres, consideradas grosseiras. Ainda no século XVIII, Idade das Luzes, Rousseau considerava que as “Cartas Portuguesas” não haviam sido escritas por Sórora Mariana Alcoforado (GREEN, 1926), por ser uma mulher, incapaz de tal riqueza de sentimentos. Desse modo, impõem-se modelos ideológicos, com a dualidade padronizada entre normalidade e desvio. Segundo Louro (2013), as identidades dominantes definem *ex-ante*

os significados sociais que caracterizam normal e anormal, padrão e desvio. Com a colonização eurocêntrica, a centralidade se define pelo homem branco, heterossexual e de classe média, a partir do qual se desenham os degraus das hierarquias sociais. Nessas gradações, as crianças já são inseridas para se ajustarem aos moldes do seu meio, uma vez que as visões tradicionais são de enquadramento, como se os seres em crescimento fossem barro modelável, entes passivos, incapazes de reagir, ter autonomia e protagonismo (CORSARO, 2011). Ao contrário da Pérsia, pode haver culturas a considerar que a poesia é feminina e que outros são os traços masculinos não só desejáveis, mas prescritos, enquanto outros são proscritos.

A socialização para o exercício de papéis sociais, inclusive os de mulher e homem, destacados por Durkheim (1972), Parsons (1959) e outros, seguem o avesso da perspectiva dos direitos humanos, fundamentada no reconhecimento das diferenças e no respeito à dignidade humana. Por isso, Ferreira, Scherer e Aginsky (2012, p. 164) destacam que o “[...] binarismo de gênero, ou seja, a ideia de que as pessoas são contempladas por uma representação masculina ou feminina [...] é uma lógica perversa que procura normalizar e normalizar os corpos”. Daí, emerge a homofobia, que entra como ingrediente de ideologias políticas, ou político-militaristas, voltadas ao culto dos corpos e ajustamento às suas identidades, como no nazifascismo. A normalização se faz também pelo infanticídio daqueles que apresentam deficiências e fealdade, não só nas culturas antigas, mas na eugenia da contemporaneidade, pela “seleção dos mais fortes”. Igualmente “maus” meninos e “más” meninas, ou o fato de serem meninas, quando decepcionante para a sua cultura, têm tratamento diferenciado, com implicações sobre a alimentação e os tratamentos de saúde, conforme estuda a antropologia da infância (LANCY, 2011; SCHEPER-HUGHES; SARGENT, 1998). As relações entre homofobia e criminalidade, com a “justificação” de violências até à morte, constituem uma forma de estigmatização, assédio e eliminação do divergente, quando não é a própria lei que criminaliza os comportamentos não heterossexuais clássicos (FOUCAULT, 2013).

População LGBTQI+ nas instituições educacionais

Uma revisão seletiva da literatura indica que as agressões físicas e verbais a alunas(os) homossexuais no ensino básico são particularmente graves, em face a outras formas de discriminação. A intolerância é maior na pré-adolescência e no início da adolescência e da parte dos alunos. A discriminação é menor da parte das meninas em uma amostra do Distrito Federal (ABRAMOVAY; CUNHA; CALAF, 2009). Nos Estados Unidos, o clima é também agressivo contra a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexos (LGBTQI+), com a maioria sentindo-se insegura no ensino fundamental

e médio, tendo como resultados absenteísmo, privação de atividades extracurriculares, médias de aproveitamento menores que os alunos de menor rendimento, reduzida autoestima e mais altos níveis de depressão. Está mais sujeita a punições escolares; e a vitimização é mais alta na *middle school*, correspondente à etapa inicial da adolescência, que na *senior high school*. Entre 2001 e 2017, houve melhoria de certos aspectos e piora de outros (KOSCIW et al., 2018).

Na educação superior brasileira, Lacerda, Pereira e Camino (2002) distinguiram na amostra de uma universidade federal na Paraíba: 1) preconceituosos flagrantes, fundamentados em explicações ético-morais e religiosas, constituídos de estudantes de Engenharia; 2) preconceituosos sutis, apoiados em explicações biológicas e psicológicas, que eram em particular alunos de Medicina e as estudantes em geral; 3) não preconceituosos, estudantes de Psicologia, que aderiam a explicações psicossociológicas. A tolerância das alunas foi maior que a dos rapazes, provavelmente envolvidos no complexo cultural do machismo. As diferenças por cursos remetem à sociologia do currículo (GOMES, 2012). Afonso, Rodrigues e Oliveira (2018), por sua vez, em três universidades de Belo Horizonte, verificaram relações da intolerância com o sexo masculino e a prática de religião. As jovens, mesmo quando praticantes de religião, eram mais tolerantes.

Nos Estados Unidos, Rankin, Garvey e Duran (2019), com dados de pesquisas amostrais periódicas de 1990 em diante, revelaram que continua a existir um clima de medo da população transexual e *queer* nos *campi*, relacionado ao absenteísmo e menor aproveitamento acadêmico. Embora a visibilidade tenha aumentado, o clima não melhorou. Molero e demais autores (2017) constataram que a discriminação sutil, como no caso da pesquisa de Lacerda, Pereira e Camino (2002), gerava maiores efeitos negativos sobre o bem-estar que a discriminação ostensiva.

Ainda uma revisão seletiva convergiu para apontar, não em ordem de intensidade, relações expressivas entre a intolerância ao grupo LGBTQI+ e: 1) a idade menos jovem, embora as coortes demonstrem mudar de atitudes ao longo do tempo; 2) o baixo grau de abertura para mudança de valores; 3) o sexo masculino; 4) os níveis mais baixos de escolaridade; 5) os ambientes rurais e pequenas cidades; 6) as ocupações manuais; 7) as desigualdades de renda, provavelmente por meio da desconfiança social; 8) a elevada religiosidade; 9) os valores mais conservadores; 10) a filiação política conservadora; 11) os regimes políticos totalitários/autoritários no passado; 12) as políticas econômicas conservadoras, mais voltadas ao crescimento que à redução das desigualdades (AFONSO; RODRIGUES; OLIVEIRA, 2018; ANDERSEN; FETNER, 2008; BUTLER; BUTLER, 2019; DONALDSON; HANDREN; LAC, 2017; KOSCIW et al., 2018; RANKIN; GERVEY; DURAN, 2019).

Metodologia

Esta investigação foi de caráter qualitativo, descritivo e exploratório. Como técnica de geração de dados, utilizou-se a entrevista semiestruturada. Os dados gerados foram tratados por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2011). A instituição de educação superior fica no centro de um conglomerado de cidades, cujo total é de cerca de três milhões de habitantes. A organização educativa é particular, de porte grande em matrícula, com diversidades no seu alunado, como antes citado. Segue uma proposta pedagógica de cooperação e respeito aos direitos humanos. Dado o amplo espectro de diversidades sexuais, foram escolhidos jovens e adultos homossexuais, isto é, *gays* e *lésbicas*, ou seja, com preferência pelo mesmo sexo. Os dados, evidentemente, não podem ser considerados representativos no sentido estatístico. No estudo de caso, constituiu-se uma amostra não probabilística, sustentada na seleção de casos ricos em informações para o aprofundamento da pesquisa. Foi utilizada a amostragem de “bola de neve ou corrente” (PATTON, 2000), pela qual as(os) informantes-chave levam à indicação de outros participantes. Segundo Bernard (2005), a sequência sucessiva de informantes-chave, sendo a(o) primeira(o) a “semente”, atende positivamente às investigações de populações com difícil acesso. Há o risco, porém, dessa amostragem não alcançar aquelas(es) que se situam fora das teias de relações acessadas a partir das indicações fornecidas pelas “sementes”. Com isso, se construiu uma amostra de cursos, turnos e semestres diferenciados. Cada participante “semente” indicou quatro pessoas do seu conhecimento e apenas uma foi entrevistada, para captar uma rede diferenciada de relações do contexto. As entrevistas foram efetuadas em encontros individuais em locais definidos pelas(os) participantes, atendidos todos os requisitos da ética de pesquisa. O quantitativo obedeceu à técnica de saturação, que consiste em interromper o trabalho de campo quando os dados se repetem sucessivamente. Para efeitos de cotejo, buscou-se manter idêntico número de entrevistas com estudantes *lésbicas* e *gays*, ao todo, dez pessoas do gênero feminino e dez do masculino, sem qualquer pretensão de representatividade estatística ortodoxa. O percentual de recusa foi de 2,5%, havendo em geral grande disposição das pessoas selecionadas para participar das entrevistas.

A entrevista semiestruturada gravada foi o recurso utilizado para a obtenção dos dados de pesquisa. Para que os objetivos desta pesquisa fossem alcançados, trabalhou-se com a geração de dados a partir de um roteiro de perguntas usado com os jovens e adultos pesquisados. O roteiro usado para a geração de dados foi submetido a um pré-teste para prévia avaliação. Os dados emergiram em encontros individuais, em lugares definidos pelos participantes. O tempo mínimo de duração de uma entrevista com alunas *lésbicas* foi de 20 minutos e o tempo de duração máxima de uma

entrevista foi de 51 minutos. O tempo mínimo de duração de uma entrevista com alunos *gays* foi de 20 minutos e o tempo de duração máxima de uma entrevista foi de 53 minutos. Seguindo o trâmite necessário para o desenvolvimento do processo de geração de dados, este projeto de pesquisa foi submetido à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com seres humanos e foi aprovado por meio do Parecer nº 2.299.411, de 27 de setembro de 2017. Os entrevistados participaram da pesquisa de modo voluntário, depois que tiveram conhecimento dos objetivos da pesquisa e terem assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Resultados: diferentes vozes sobre a mesma realidade

Ainda que os resultados não sejam representativos da instituição ou de outras instituições, convém verificar inicialmente as características das(os) participantes a título ilustrativo. Assim, todos haviam ultrapassado os dolorosos rituais de passagem da educação escolar, a que se referiram com expressivo sofrimento, em especial no período inicial da adolescência, como a literatura confirma. Indagadas(os) sobre com que gênero se identificavam, das dez participantes do gênero feminino, oito estavam na faixa etária de 19 a 25 anos (80%) e duas de 28 a 38 anos. Entre os dez entrevistados do sexo masculino, oito também tinham a mesma distribuição etária: entre 19 e 25 anos de idade (80%), e os outros dois, entre 28 e 38 anos. Ao contrário da distribuição total das matrículas por turno, 75% estudavam no período matutino e 25% no noturno. Em ambos os gêneros, a maioria absoluta de estudantes, ou 70%, cursava ciências humanas. Tendo a religião um papel significativo no que tange ao sexo, 50% e 40%, respectivamente, das(os) participantes dos gêneros feminino e masculino não se identificaram com nenhuma religião, e 10 e 20% se declararam agnósticos. A maioria de declarantes de uma religião era católica, 20% para o gênero feminino e 30% para o gênero masculino.

Como se sentia esse grupo assim brevemente caracterizado? Todas as entrevistadas do gênero feminino entenderam que existe um processo de bom convívio, tanto com as pessoas mais próximas a elas, ou seja, alunas(os) e professoras(es) do seu curso, quanto com o conjunto de docentes e discentes da instituição. Nunca ocorreu *bullying* ou assédio. Segundo uma entrevistada, no segundo dia de aula, um professor explicou matéria de biologia, na qual desconstruiu preconceitos e discriminações, como o sexismo e o racismo. Eis como a ciência pode atender a objetivos formativos, nesse caso, em favor do respeito aos direitos humanos. Outra participante afirmou: “*Eu me senti livre, aberta para dizer o que eu era*”. Nas suas falas, contrastam a educação básica, como uma realidade construída a partir de estruturas impositivas de padrões normativos de sexualidade; e a educação

superior, como espaço aberto e dinâmico de construção e expressão de diversidade de orientação sexual. Essa diferença entre os dois níveis educacionais é confirmada pela literatura. Certamente, a adolescência, em especial o seu início, é um período de identificação e afirmação sexuais, de pluralização coercitiva em torno de valores, atitudes e comportamentos comuns. Sendo a escola e a família instituições predominantemente integradoras nos costumes, não é de estranhar as limitações impostas. Depois dos anos iniciais da adolescência, a pressão social diminui, abrindo lugar para a pluralização de diferenças grupais e individuais. Esse período, relacionado ao ensino médio, entretanto, não foi absolvido pelas declarações de estudantes, que consideraram a educação básica como um todo intolerante e coercitivo, inclusive na infância.

Ao contrário, se considerado apenas o grupo participante, 60% dos que se identificaram com o gênero masculino disseram ter encontrado, no âmbito da instituição de ensino superior, um ambiente de interações respeitadas no que se refere à expressão da diversidade de orientação sexual. Eles se sentiram acolhidos e respeitados, alguns com grande facilidade, outros nem tanto. Um deles, participante C, disse:

[Ambiente] acolhedor, sim, não tem esse preconceito escancarado.

Como na escola, não tem professor falando ‘veado’, ‘bicha’, ‘baitola’, essas coisas. Você percebe que uns têm uma posição mais conservadora, outros mais liberal, mas eu pude perceber que na Instituição existe o respeito.

Todavia, dois entrevistados descreveram o ambiente como “neutro”, institucionalmente isento quanto à diversidade de orientação sexual, e dois outros viram no cotidiano da instituição uma realidade de discriminação e rejeição social face à orientação sexual: “[...] *Há uma rejeição, não há um acolhimento total, porque, querendo ou não, a sociedade é movida por padrões tradicionais*”. Esse entrevistado, com efeito, foi alvo de mau atendimento administrativo em uma ocasião. A situação foi identificada e corrigida.

Por sua vez, outro participante abordou uma graduação entre cursos mais e menos conservadores. O dele, bastante seletivo, é “[...] *bem preconceituoso, sob todos os aspectos*”, o que mais uma vez remete à sociologia do currículo.

A constituição da amostra não permite ilações, porém, os entrevistados com posição divergente merecem ser notados. Pode ser que certas orientações sejam menos aceitas que as outras, pode ser que certos grupos sejam menos “extrovertidos” que outros e atinjam menos os preconceitos, contudo, a pesquisa não pôde apurar tais particularidades. Ainda assim, no cotejo entre a educação básica e a superior, que se tem expandido no Brasil, a última constitui um espaço de adultez, um ambiente mais livre e democrático, que contribui para minimizar a eclosão de

elementos geradores de preconceito e discriminação. Não se verificaram medo e insegurança, como nos *campi* dos Estados Unidos conforme pesquisa referenciada no presente texto.

Há diferenças entre tolerar e aceitar, entre sinais discriminatórios sutis, encobertos e explícitos. Entre os mais ou menos encobertos, destaca-se a geração da vergonha que, conforme Gaulejac (2008), implica a construção de práticas de negação e afastamento dos mecanismos de controle sexual produtores de fronteiras e demarcações fixas para as expressões comportamentais da sexualidade, enquanto processo criador de sentimentos de inferioridade, inibição, fracasso e vergonha. Na adolescência, em especial, tais mecanismos movem agressões físicas e simbólicas, como apelidos, veiculadores de identidades (PAIS, 2018), *grafitti*, *cyberbullying*, abusos sexuais, linchamentos e outros que transmitem às vítimas uma mensagem: você é anormal, uma excrescência que não pode pertencer ao “nosso grupo”. Acrescente-se, na literatura, que a discriminação sutil gera efeitos mais nocivos que a explícita.

Em coerência com os resultados dessas questões, a maioria das participantes identificadas com o gênero feminino convergiu no sentido da aceitação da diversidade pelas(os) professoras(es) e coordenadoras(es). Um, assim, se manifestou: *“Eu tenho um professor, [...] coordenador do meu curso, e ele sempre coloca em questão o respeito à opinião do próximo, que as pessoas acham que é opinião e não é, é preconceito”*.

Quanto aos estudantes do gênero masculino, outra vez, se dividiram: seis informaram contar com ambiente de aceitação, embora dois professores não tivessem posição de acolhimento. Um desses chegou a invocar motivos religiosos para rejeitar os *gays*, e outro usou um discurso de ódio em relação aos direitos previdenciários. Aqui e ali se manifestam experiências de preconceito: *“Velado, sim. Não dentro de sala de aula. Mas, a gente saindo da sala, um rapaz [de] uns 40 anos [disse]: ‘...[O]lha, o veadinho está chegando, eu vou sair’”*. Quanto às coordenações de curso, ambos os grupos declararam a ausência de discriminação, ressaltando um ambiente respeitoso e acolhedor. Mais próximos da direção, os coordenadores expressam mais intensamente a filosofia institucional.

Quando as(os) entrevistadas(os) negaram a existência de posturas preconceituosas no âmbito da instituição investigada, as suas declarações foram curtas, diretas e prontas, sugerindo a existência de uma consciência segura sobre o tema. De modo geral, as(os) participantes se comportaram de maneira muito descontraída durante as entrevistas. Ao contrário dessa prontidão, as(os) participantes ofereceram respostas mais extensas e permeadas de desconforto quando narraram fatos denotativos de preconceito, por elas(es) vividos.

Dessa forma, a lógica tradicional de sexualidade parece indicar, neste estudo de caso, que há uma marca

de caráter mais coercitivo do social face à violação dos princípios de masculinidade, expressa pelos *gays*, do que os de feminilidade, expressos pelas lésbicas entrevistadas no convívio da instituição, como, aliás, revelou a literatura. Possivelmente se deve ao complexo cultural do machismo, que envolve o poder nas sociedades, constituindo as mulheres uma minoria. As estudantes não só tendem a ser mais tolerantes, assim reiterando a literatura, como o lesbianismo gera menores reações que as diferenças em face das masculinidades típicas, que parecem gerar maiores visibilidade e intolerância. Como explica Louro (2013), a complexidade e a multiplicidade da ação comunicativa, por meio das expressões comportamentais de feminilidade e masculinidade, como configuração das interações e relações sociais geradas pelas “novas” identidades culturais, constituem-se como realidades contrárias aos modelos ideológicos, fixos e imutáveis do ser mulher e do ser homem, na configuração das relações sociais hegemonicamente orquestradas.

Portanto, a instituição pesquisada, em linhas gerais, se caracteriza como ambiente empenhado em promover a efetivação do processo de ensino-aprendizagem, comprometido com a liberdade de expressão dinâmica, complexa e plural das relações sociais próprias das sociedades contemporâneas.

Religião, família e escola

A investigação indagou às(aos) entrevistadas(os) sobre as dificuldades encontradas ao longo da sua vida. As respostas apontaram: a religião institucionalizada, que distingue o sagrado do mundano, a virtude do pecado; a família, que compreende ou rejeita as diferenças, diferenciando o normal do anormal; e a escola, que discrimina por meio da violência institucional e dos colegas, e utiliza a lei do silêncio, como o faz a família. Na expressão durkheimiana, seriam três instituições coercitivas, voltadas para a conservação da ordem social. Tanto os participantes do gênero feminino como masculino concordaram que são recorrentes os episódios de discriminação justificados e legitimados pela religião. Como na literatura mencionada, algumas(uns) entrevistadas(os) se referiram ao conservantismo da política e da religião, defasado de outras partes da cultura. Ainda na perspectiva de Durkheim (1972), os discursos religiosos e, por extensão, políticos direitistas, separam o “normal” do “patológico”. Um entrevistado declarou que o álcool esfaca famílias há muito tempo, entretanto, a aversão ao *gay* é muito maior, como destruidor das famílias: *“Velho, Deus [...] é amor, e ser homossexual para mim é amor. Eu sou ‘veado’ e Deus me ama do jeito que eu sou [...]”*.

O apoio ou recusa da família, conservadora e/ou carente de informações, se afigura decisivo: *“Eu tenho amigos que são gays, que contaram para os pais, os pais*

bateram, expulsaram de casa, que começaram a se prostituir, a usar drogas”. A falta de informações contribui para a manutenção de preconceitos, de tal modo que, a filha(o) se sente diferente, mas não compreende os porquês. Com isso, se verificam a lei do silêncio e a perspectiva da invisibilidade. A família pode fazer “vista grossa” para não ser abalada nos seus fundamentos de heterossexualidade. A escola, por seu lado, silencia sobre os assuntos, como uma forma de escape. Evita dizer, explicar, compreender, como modos de controle pela ignorância e pela colocação das questões “espinhosas” atrás de biombo. Com isso, particularmente quando é paga, atende a grupos de famílias mais vocais, usualmente opostos à educação para a sexualidade, ao passo que a maioria silenciosa se revela omissa. Como pano de fundo, os grupos de colegas discriminam e agridem, embora o sofrimento seja invisibilizado. O poder da(o) aluna(o) frente aos adultos perde quase sempre. Algumas entrevistadas assim se manifestaram: “*Nem é discutido em sala de aula [...], quando vai ter ensino sobre corpo feminino e corpo masculino, não existe homossexualidade*”. Quanto a uma escola confessional, outra participante revela a tática da invisibilidade: “*Havia alunos homossexuais, mas eles não existiam para eles*”. E ainda outra estudante: “[...] *[S]e a gente for parar para contar, a gente passa mais de 12 anos numa instituição de ensino, quase a vida toda, até chegar à fase adulta, então é a base de tudo*”. O cotejo entre educação básica e superior logo aparece na pesquisa: “*A educação é muito monopolizada, por isso o ensino superior é uma abertura, porque não tem nada monopolizado, você pode refletir acerca da sociedade que você vive*”.

Assim, o trabalho ressalta um ambiente de acolhimento e diversidade no caso estudado, onde as(os) participantes não se sentem obrigadas(os) a se esconder, o que não exclui manifestações sutis de preconceito. Os resultados, no entanto, não podem ser generalizados para outros casos. De qualquer modo, em numerosos países, especialmente os que passaram por regimes totalitários/autoritários, a realidade se revela hostil. Os tempos revelam que a diversidade sexual é encarada sob as lentes da ideologia, que mescla certas visões religiosas e políticas, encarnadas em grande parte das famílias. Tais lentes também negam a existência do real ou o deformam como anormal e patológico, resultando em desrespeito, violação de direitos humanos e recusa de viver solidariamente, com respeito. Entre o ideológico e o real, abrem-se grandes diferenças. O primeiro é restritivo, simplificador, deformador das imagens, com recurso a antíteses mutuamente exclusivas. O real, na ótica da ciência, se apresenta em suas redes de complexidade. Conforme Morin (2011), ao tratar da sociodiversidade, tão relevante quanto a biodiversidade, a singularidade é pobre e a pluralidade é rica.

Considerações finais

A nossa análise associa-se ao que está colocado por Neves e Gomes (2016), pois nos relatos das(os) entrevistadas(os) fica evidenciado como no campo da educação básica a expressão da diversidade, da diferença se faz provocadora de ações de exclusão e preconceito. A produção de novos olhares sobre a diversidade, sobre a diferença parece encontrar fronteiras impeditivas, tanto simbólicas como discursivas no cotidiano da educação básica.

As narrativas mostram a existência da possibilidade de produção de novas realidades no âmbito da educação superior que expressem respeito ao grande arco-íris que representa a diversidade de orientação sexual. Tem-se, portanto, uma realidade, na esfera da sexualidade, no âmbito da Instituição de Ensino Superior (IES) pesquisada, que pode representar um efetivo avanço na construção de novas perspectivas relacionadas ao respeito do direito à diversidade de orientação sexual, portanto, um contraponto aos limites comportamentais impostos pelo determinismo da classificação binária, mostrada por Fausto-Sterling (1993b).

Coloque-se, pois, a ênfase na dimensão de relevância da construção de diálogo, como meio de entendimento social da pluralidade sexual, como apontada por Felipe e Bello (2009), quando sublinham a urgência de se reconhecer a importância das instâncias educacionais como estruturas que devem caminhar na contramão dos padrões de normalidade de sexualidade, impostos pela supremacia do discurso central, geradores de circunstâncias de preconceito e discriminação. Isso remete à perspectiva de análise de De Gaulejac (2008), quando enfatiza a importância de se construir práticas de negação e afastamento dos mecanismos de controle social produtores de fronteiras e demarcações fixas para as expressões comportamentais da sexualidade, enquanto processo gerador de sentimento de inferioridade, inibição, fracasso e vergonha.

Referências

- ABRAMOVAY, M.; CUNHA, A. L.; CALAF, P. P. *Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas*. Brasília, DF: RITLA, SEEDF, 2009.
- AFONSO, M. M.; RODRIGUES, M.; OLIVEIRA, E. F. Juventude universitária e direitos de cidadania: sentidos atribuídos à diversidade sexual. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 48, n. 169, p. 948-972, jul./set. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v48n169/1980-5314-cp-48-169-948.pdf>

ANDERSEN, R.; FETNER, T. Economic development, inequality and attitudes: Acceptance of homosexuality in 38 democracies. *American Journal of Political Science*, v. 52, n. 4, p. 942-958, Sept. 2008. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1540-5907.2008.00352.x>

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: 70, 2011.

BEAUVOIR, S. de. *Le deuxième sexe, I*. Paris: Gallimard, 2015.

BERNARD, H. R. *Research methods in anthropology: Qualitative and quantitative approaches*. Lanham, MD: Altamira, 2005.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2011.

BUTLER, B. M.; BUTLER, C. Religious fundamentalism, right-wing authoritarianism and the LGBT community. *International Relations and Diplomacy*, v. 7, n. 1, p. 7-13, Jan. 2019. Disponível em: <http://davidpublisher.com/Public/uploads/Contribute/5c92f9d81ab3f.pdf>

CORSARO, W. A. *Sociologia da infância*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DONALDSON, C.; HANDREN, L. M.; LAC, A. Applying multilevel modeling in attitudes toward homosexual people across 28 European countries. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, v. 48, n. 1, p. 93-112, Oct. 2017. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0022022116672488?journalCode=jcca>

DURKHEIM, É. *Educação e sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1972.

FAUSTO-STERLING, A. *Myths of gender: Biological theories about women and men*. 2. ed. Nova Iorque: Basic, 1993a.

FAUSTO-STERLING, A. The five sexes: Why male and female are not enough. *The Sciences*, Nova Iorque, v. 33, n. 2, p. 20-24, Mar./Apr. 1993b. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/j.2326-1951.1993.tb03081.x>

FAUSTO-STERLING, A. *Les cinq-sexes: Pourquoi mâle et femelle ne sont pas suffisants?* Paris: Payot, 2013.

FELIPE, J.; BELLO, A. T. Construção de comportamentos homofóbicos no cotidiano na educação infantil. In: JUNQUEIRA, R. D. (org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília, DF: MEC-UNESCO, 2009. p. 141-157.

FERREIRA, G. G.; SCHERER, G.; AGUINSKY, B. G. “Não tenho preconceito, desde que fique longe”: o discurso sobre gênero como construção social e a violência contra LGBT. In: GROSSI, P. K. (org.). *Violências e gênero: coisas que a gente não gostaria de saber*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. p. 37-63.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Loyola, 2013.

GAULEJAC, V. de. *Les sources de la honte*. Paris: Desclée de Brouwer, 2008.

GAULEJAC, V. de. *Las fuentes de la vergüenza*. Siero: Editorial Sapere Aude, 2015.

GOMES, C. A. *A educação em novas perspectivas sociológicas*. 4. ed. São Paulo: EPU-GEN, 2012.

GREEN, F. C. Who was the author of the ‘Lettres Portugaises’? *Modern Language Review*, Cambridge, UK, n. 21, p. 159-167, 1926.

KOSCIW, J. G. et al. *The 2017 National School Climate Survey: The experience of lesbian, gay, bisexual, transgender and queer youth in our nation’s schools*. Nova Iorque: GLSEN, 2018.

LACERDA, M.; PEREIRA, C.; CAMINO, L. Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 165-178, 2002. Disponível em:

LANCY, D. F. *The anthropology of childhood: Cherubs, Chatter, Changelings*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2011.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MILLS, M. C. How do genes affect same-sex behavior? *Science*, Nova Iorque, v. 365, n. 6456, p. 869, Ago. 2019. Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/365/6456/869>

MOLERO, F. *et al.* Subtle and blatant perceived discrimination and well-being in lesbians and gay men in Spain: The role of social support. *Psichotema*, v. 29, n. 4, p. 475-481, Nov. 2017. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29048306/>

MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2011.

NEVES, M. B. A. de S.; GOMES, C. A. da C. Educação em sexualidade: “verdade ou consequência?”. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 25-36, 2016. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/119

PAIS, J. M. A simbologia dos apelidos na vida cotidiana escolar. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 909-928, jul./set. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edreal/v43n3/2175-6236-edreal-43-03-909.pdf>

PARSONS, T. The school class as a social system: some of its functions in American society. *Harvard Educational Review*, Cambridge, Massachusetts, v. 29, n. 4, p. 297-318, Oct. 1959.

PATTON, M. Q. *How to use qualitative methods in evaluation*. Newbury Park, Calif.: Sage, 2000.

RANKIN, S.; GARVEY, J. C.; DURAN, A. A retrospective of LGBT issues on US college campuses: 1990-2020. *International Sociology*, v. 34, n. 4, p. 1-20, July, 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0268580919851429>

SANTOS, B. de S.; CHAUÍ, M. *Direitos humanos, democracia e desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2013.

SCHEPER-HUGHES, N.; SARGENT, C. (org.). *Small wars: The cultural politics of childhood*. Berkeley, Calif: University of California Press, 1998.

SOLOMON, A. *Longe da árvore: pais, filhos e a busca da identidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 2013.

UNESCO. *Jogo aberto: resposta do setor de educação à violência com base na orientação sexual e na identidade/expressão de gênero*. Paris: UNESCO; Brasília, DF: Representação da UNESCO no Brasil, 2017.